

Paulo Henrique N. Martins

O texto mostra a necessidade de revisão dos paradigmas do desenvolvimento nacional e o que isto significa, tanto para repensar a idéia de poder local como para que as cidades ganhem uma nova visibilidade política na montagem das estratégias modernizadoras. O autor sustenta sua tese em três argumentos: uma crítica ao desenvolvimentismo; resgata a importância da cidade ocidental como lugar privilegiado para compreensão das origens da modernidade; elabora algumas considerações sobre o significado e pertinência do conceito de cidadania cosmopolítica. Por fim, o autor coloca a necessidade de repensar a economia como instituição cultural, o que poderia ajudar a quebrar a magia positivista do fenômeno construído no imaginário da Sociedade Brasileira.

A "crise" brasileira vem demonstrando que nossas dificuldades têm causas dificilmente explicáveis por um eventual acidente de conjuntura, que seria resolvido por algumas medidas oportunas como por exemplo: saneamento das contas estatais, retomada dos investimentos públicos e privados e/ou adoção de políticas sociais mais agressivas. A persistência dos problemas aponta para a necessidade de uma revisão profunda dos paradigmas do desenvolvimento nacional, capaz de por teoricamente em relevo os esforços do Estado-Nação para resistir às novas pressões geradas nos planos externo e interno: de um lado, a globalização dos

processos financeiros e econômicos, de outro, a fragmentação simbólica do ideal de uma identidade nacional-popular unificada.

Partimos do pressuposto que a revisão dos paradigmas do desenvolvimento permite às cidades ganharem uma nova visibilidade política na montagem das estratégias modernizadoras. Para demonstrar esta tese desenvolveremos nosso raciocínio em três etapas: na primeira, exploraremos o colapso do desenvolvimentismo no Brasil e suas implicações para a revisão dos antigos paradigmas positivistas. Depois, tentaremos resgatar a importância da Cidade ociden-

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.

Este texto foi apresentado originalmente no Seminário Temático sobre Crise e Transformação do Poder Local do XVII Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), (Caxambú, 1993).

tal como lugar privilegiado para a compreensão das origens da modernidade, já que esta questão permanece estratégica para se refletir sobre a modernidade no Brasil. Por fim, avançaremos na elaboração de algumas considerações sobre o significado e a pertinência do conceito de cidadania cosmopolítica para a fundação dos novos paradigmas da modernização brasileira.

Crítica do Desenvolvimentismo;

O paradigma positivista em questão

Na década de oitenta, muito se insistiu no diagnóstico da crise brasileira como sendo um problema de desequilíbrio da economia nacional. Supunha-se que a raiz do problema era a má distribuição de capitais e de rendas, ao mesmo tempo em que se minimizava a lógica histórica do poder econômico. O fato da economia brasileira ser considerada a "oitava maior economia industrial do mundo", lembravam os economistas, era prova suficiente de que, apesar dos percalços conjunturais, a modernização acelerada das últimas décadas teria dado certo. Bastaria, então, um combate eficaz à especulação financeira e às expectativas inflacionárias, através de medidas governamentais enérgicas sobre os mecanismos de mercado, para se contornar o efeito-crise.

Esta visão "maneirista" da desarticulação do imaginário desenvolvimentista nacional, inspirada pelos economistas e estu-

diosos da macro-modernização nacional, encorajou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e seus aliados no governo, a apoiarem as teses "heterodoxas" sobre a crise. A adoção do Plano Cruzado em 1986, e dos demais planos que se seguiram, foram frutos desta "ideologia da crise do desenvolvimento". Nela, crise econômica e democracia política seriam variáveis cuja resolução dependeria da aplicação eficaz do mesmo tratamento terapêutico: o da intervenção estatal ampliada.

Nos anos noventa, é preocupante constatar que este diagnóstico tecnicista reforçou, na prática -através das fracassadas tentativas do Estado de intervir na "economia" para estancar a crise -a antiga ideologia burocrático-autoritária que inspirou a modernização do Estado nacional patrimonial, desde a sua fundação no século XIX. Paradoxalmente, foram os governos da "transição democrática" que, em nome da democracia e contra as soluções ditatoriais, avaliaram politicamente o condenável expediente autoritário de outras épocas. Os seguidos planos econômicos que infernizam a vida da população desde 1986, provam os equívocos existentes nesta concepção economicista que reduzia a crise a um problema de má gestão econômico-financeira.

Apenas recentemente, face à persistência dos fatores de desagregação institucional, ao agravamento da violência urbana e à deterioração dos valores civilizatórios, o campo intelectual começa a aceitar a possibili-

dade das leis da economia serem impotentes para explicar a magnitude da crise social. Agora, o reconhecimento do fundo ideológico conservador do modelo de desenvolvimento econômico adotado no país, nas últimas décadas, encontra, compreensivelmente, menos resistências nas hostes acadêmicas e no seio da opinião pública especializada. Este reconhecimento tardio vem revelar a ambiguidade de uma política de modernização nacional que, apesar da retórica modernista, não alterou, na essência, os fundamentos da cultura patrimonial tradicional.

O agravamento da "crise" nos anos noventa tem, por outro lado, forçado uma reciclagem "na marra" dos velhos paradigmas positivistas, pois a violência e a corrupção em larga escala não poupam nem ricos, nem pobres, nem espertos, nem ignorantes. O desencanto das pessoas com o orgulho brasilianista - de suas riquezas naturais, de seu carnaval, de suas mulheres, de suas malandragens etc. - tem provocado, por conseguinte, uma desconfortável caída no real: um misto ainda não assimilado de frustração, perplexidade e desamparo. Este desencanto tem o grande mérito de obrigar os indivíduos a romper com a ilusão do "Brasil Grande" e se voltar para a busca de outras compreensões do momento, que rompam o estreito doutrinarianismo do economicismo dominante. Contra o dogmatismo, as novas pautas dos debates passam a integrar algumas críticas não-economistas ao desenvolvimentismo (Buarque, 1990, 1991 e 1992; Camargo, 1992) que tem

como paralelo a crítica mais ampla ao desenvolvimento como expressão da "ocidentalização do mundo" (Latouche, 1986 e 1989; Berthoud, 1987 e Insel, 1989).

Um dos pontos importantes para se avançar numa crítica teórica mais vertical é o resgate da dimensão mítica do modelo de modernização do país, adotado há algumas décadas.

Colapso do modelo

O Desenvolvimentismo pode ser definido como uma certa estratégia de modernização econômica, institucionalizada no pós-segunda guerra e esgotada nos anos oitenta. Ele se legitimava numa intervenção ostensiva e deliberada do Estado sobre a sociedade, e se inspirou no ideal de implantação do modelo ocidental e primeiro-mundista de urbanização e de industrialização (Martins, 1993). Ou seja, uma estratégia de modernização complexa, que se mirou no modelo dos países industrializados e, em especial, naquele dos Estados Unidos. Os seus pontos centrais eram: a) o fortalecimento do Estado Nacional —particularmente da capacidade de intervenção do Poder Central -e, b) a eliminação das sociabilidades tradicionais -sobretudo as pequenas produções agrícolas domésticas -, identificadas como bloqueios estruturais para o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Deste modo, o *Desenvolvimentismo* pode ser interpretado como um dos mitos

produzidos pela expansão do Imperialismo Ocidental através das fronteiras do Terceiro Mundo. No caso brasileiro, ele foi uma adaptação teórico-prática de resultados extremamente problemáticos; adaptação reveladora da incapacidade do campo intelectual local entender as distâncias imaginárias que separam a modernização patrimonial nacional e a modernização burguesa do Primeiro Mundo.

O papel dos intelectuais - em particular os economistas - na montagem desta estratégia foi relevante. A dificuldade dos mesmos se reciclarem no atual momento revela, contudo, a persistência de certos interesses que, extrapolando a disciplina econômica, inscrevem-se numa certa tradição corporativista presente em amplos segmentos do campo intelectual no Brasil. A renovação de idéias, necessária ao avanço da discussão teórica, fica, por conseguinte, bastante prejudicada, já que a influência do corporativismo intelectual nas representações dominantes sobre a "*crise nacional*" dificulta a emergência de uma vontade mudancista pública, capaz de se sobrepor aos múltiplos interesses particulares. Isto esclarece, igualmente, certas dificuldades comuns aos intelectuais latino-americanos de compreender ter o contexto da dependência implicações simbólicas e culturais anteriores, que são pré-determinantes das dimensões econômicas e políticas.

A tarefa de repensar a Economia como instituição cultural, ou seja, como um jogo de expectativas e normas institu-

cionalizadas, a partir das significações imaginárias(1) que toda sociedade se atribui a cada momento de sua história (Castoriadis, 1975), poderia ajudar a quebrar a magia positivista do fenômeno. Pelo menos ajudaria a opinião pública a compreender que apenas existe Economia quando existem, no mínimo, dois indivíduos dispostos a se reconhecerem como atores legítimos e como parceiros cúmplices de uma mesma filosofia de vida. Sem a quebra do feitiço através de uma crítica rigorosa ao conteúdo de sua narrativa, o mito economista continua a se reproduzir e a exercer seu fascínio sobre a reprodução do imaginário social nacional. Assim, o enrijecimento da consciência intelectual pela dominação deste mito economista, que sobrevive subjacente ao mito **Desenvolvimentismo**, tem consequências negativas para a reorganização do campo intelectual.

Nos limites das reflexões sobre o poder local que nos propomos a fazer aqui, gostaríamos de lembrar que a aceitação do **Desenvolvimentismo** como representação imaginária dominante da modernidade latino-americana e de seus Estados nacionais, implicou uma profunda reorganização política do território e, em particular, de sua base urbana. Desde os anos cinquenta, a antiga hierarquização das metrópoles periféricas brasileiras a partir de uma divisão do trabalho fundada nas especificidades das economias regionais, foi bastante alterada pela montagem da estratégia desenvolvimentista. Esta reorganização foi efetuada dentro de uma

lógica de fortalecimento do poder patrimonial, formado pelo seguinte tripé: a burocracia central (civil e militar), as oligarquias políticas e agrárias e o grande empresariado industrial-financeiro. Do ponto de vista espacial, a modernização do poder patrimonial exigiu a centralização das grandes decisões de natureza político-administrativa em Brasília, a nova capital federal criada para funcionar como o Olho fiscalizador do Príncipe. Sua localização geográfica no planalto central visava uma centralidade estratégica sobre o território nacional. Se hoje o olhar do Príncipe parece estar vesgo, naquela época ele foi decisivo para viabilizar a modernização geopolítica centralizadora. Por outro lado, o Desenvolvimentismo favoreceu o papel de São Paulo como centro econômico-financeiro do país, e como modelo bem sucedido do desenvolvimento nacional. O êxito desta lógica neo-oligárquica significou, naturalmente, o esvaziamento da capacidade dos grandes centros urbanos regionais de exercerem seus papéis tradicionais na organização cultural, política e econômica a nível de suas regiões de influências.

No plano municipal, a modernização do Estado patrimonial significou a ampliação da antiga estratégia política do clientelismo. Esta ampliação visou fortalecer a base política da rede hierárquica patrimonialista, responsável pela manutenção de um sistema complexo de favores entre os níveis locais e o central, passando, evidentemente, pelos níveis estaduais. Uma das iniciativas importan-

tes para favorecer esta estratégia conservadora no plano local, foram as fundações de novos municípios -alguns sem as mínimas condições de aparecer como unidades autônomas do ponto de vista financeiro e administrativo. Contudo, essas novas unidades administrativas vieram reforçar as estratégias dos grupos oligárquicos na apropriação e na distribuição privada dos recursos e cargos públicos.

Teoricamente, a reorientação das políticas urbanas dentro de uma estratégia de fortalecimento dos Estados nacionais desenvolvimentistas na América Latina, deveria cumprir a missão de transformar as culturas patrimonialistas tradicionais em culturas burguesas e utilitárias inspiradas na experiência norte-americana. Inicialmente, pelos menos até o golpe militar de 1964, o ideal do desenvolvimentismo forjado nas discussões da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Instituto de Estudos Superiores Brasileiros (ISEB), visava viabilizar esta ideologia burocrática de modernização. A filosofia do modelo contemplava a modernização econômica e social e a superação da dependência econômica num clima de transição política pacífica, combinando consumo econômico em larga escala e racionalidade técnica inquestionável. Entretanto, as oligarquias políticas e econômicas se insurgiram contra as medidas que pudessem ameaçar diretamente o poder patrimonial como seria o caso da reforma agrária em áreas tradicionais, o que implicou no reajuste da aliança modernizadora em função dos interesses mais conservadores.

Hoje, a falência deste modelo de modernização constitui a principal prova dos equívocos resultantes da concepção e execução de uma estratégia autoritária intra-elites que se beneficiou da exclusão social em larga escala. A falência desta ideologia é demonstrada, por exemplo, pelo atual desmascaramento do mito da "burocracia clarividente", que se auto-nomeava como o grupo tecnicamente mais preparado para orientar, a partir do Estado, as políticas de modernização nacionais. Esta falência ocorre paralelamente a um profundo questionamento do papel do Estado na organização da sociedade.

Impasses do Estado Patrimonial e Oligarquização do Espaço Público

Desintegração da simbólica nacional

O esgotamento do Desenvolvimentismo significou a exaus-

tão de dois imaginários¹ que justificavam o mito latino-americano da modernidade: o das economias de mercado nacionais e o dos poderes burocráticos nacionais. Isto significa dizer que o fim da modernidade latino-americana acompanha o esclerosamento de uma lógica especulativa que subordinava a possibilidade de êxito da modernização nacional à primazia administrativa e gerencial do Estado patrimonial na condução dos negócios públicos. A crise desses Estados é um dos sintomas importantes do esgotamento da experiência moderna, na sua versão dependentista. Por isto, no Terceiro Mundo, o fim do Desenvolvimentismo tende a favorecer uma desarticulação das culturas locais pela introjeção e disseminação, nessas sociedades, da ideologia utilitária e hedonista produzida pelo capitalismo avançado.

Paradoxalmente, os exemplos provam que as grandes crises civilizatórias consti-

¹ O conceito de imaginário constitui uma das tentativas bem sucedidas (existem outras como por exemplo a teoria da representação social de Serge Moscovici) de relocalização paradigmática das ciências humanas no momento em que a crítica teórica consegue desnudar e revelar a natureza ideológica do positivismo científico hegemônico nos últimos dois séculos. O ideal positivista de sociedade (o emblema Ordem e Progresso é típico) insistia em cindir a realidade social através de um dualismo metodológico e esquemático pelo qual as atividades sociais eram classificadas através de oposições binárias: ao real se opunha o ideológico; ao objetivo, o subjetivo; ao racional, o irracional; ao verdadeiro, o falso etc. Além de se referenciar historicamente na crítica ao positivismo e ao racionalismo científico, o conceito de imaginário reintroduz a possibilidade hermenêutica de entendimento da realidade social como uma configuração simbólica complexa e plena de significações que torna limitado o uso de causalidades formais. Porém, deve ser assinalado que essas duas condições distintivas do imaginário (destituição da hegemonia epistemológica do positivismo científico e recuperação da idéia de sociedade como uma ordem simbólica) não faz dele um conceito homogêneo e simples. Devido à sua complexidade ele é essencialmente um conceito interdisciplinar. Na França, onde o uso do imaginário nas ciências sociais tem ampla divulgação, encontramos pelo menos três grandes vertentes: a de C. Castoriadis (ver por exemplo *L'Institution Imaginaire de la Société*, Seuil, Paris, 1975), influenciada sobretudo pela tradição filosófica grega, pelo marxismo e pela psicanálise de S. Freud; a de G. Durand (ver por exemplo *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire*, Bordas, Paris, 1969), onde percebe-se a presença da epistemologia científica de G. Bachelard, da física quântica e da psicologia analítica de C.G. Jung e a de M. Maffesoli (ver por exemplo *La Connaissance Ordinaire. Précis de Sociologie Compréhensive*, Le Méridien, Paris, 1985) inspirada entre outros por M. Weber, G. Simmel e A. Schutz.

tuem o prenúncio de inovações culturais de relevo que podem ser observadas através de alguns casos: a decadência de Atenas, o desaparecimento do Império Romano, o Renascimento, a Reforma e as revoluções políticas, científicas e econômicas modernas. Assim, é de se esperar que a partir do esgotamento das versões monolíticas desses sujeitos macro-institucionais da história moderna — os Estados nacionais — os indivíduos e as instituições reconstruam novos mecanismos de sociabilidade e criem novos processos de autonomia política. O desafio é mais premente em sociedades como a brasileira, onde o enfraquecimento das instituições nacionais ameaça explodir os fundamentos normativos e políticos do sistema federativo de base patrimonial (Carmargo, 1992).

No interior da discussão sobre a crise do Estado nacional, no Terceiro Mundo e na América Latina, em particular, deve-se dar relevo à crise das economias nacionais, que se verifica através das contradições resultantes de dois movimentos inversos: de um lado, o ideal da economia nacional dissolve-se sob o peso da mundialização das trocas econômicas, sendo todas as fronteiras nacionais violadas pelo espírito sedutor das mercadorias. De outro lado, as economias nacionais desintegram-se internamente a partir da desregulação das redes de atividades econômicas, de mudanças nos estilos de vida e de emergência de novas representações culturais e de demandas sociais que tornam mais agudas as diferenças entre ricos e pobres. A

incapacidade dos países da América Latina e do Terceiro Mundo de absorverem as pressões contraditórias produzidas simultaneamente pela globalização e pela exclusão, desafia qualquer esforço de continuidade administrativa e de estabilidade política, resultando desta desregulação, igualmente, a disseminação tanto de um certo banditismo sofisticado — como o do narcotráfico — como de movimentos político-religiosos reativos e voltados nostalgicamente para o passado pré-moderno. Exemplos desses últimos são o islamismo na África e no Oriente Médio e o sendeiro luminoso no Peru. Tantos os primeiros destes movimentos — os profanos — como os segundos — os religiosos — constituem, em última instância, reações culturais defensivas contra uma mecânica capitalista desagregadora, que ameaça pôr abaixo considerável parcela das atuais sociedades nacionais periféricas. Há, assim, uma desarticulação profunda entre a lógica globalizante do capitalismo industrial-financeiro a nível mundial — legitimada pelo liberalismo utilitário e pragmático cujo exemplo simbólico é o do welfare norte-americano — e a lógica patrimonialista e doméstica ainda dominante em várias culturas não-européias.

A desregulação desses Estados nacionais nos leva, logo, a considerar quão sábia é a antiga tese marxista que propõe uma correlação estreita entre a tendência do capitalismo a exercer um domínio universalizante a nível mundial e a contra-tendência à auto-dissolução desta hegemonia cultural, a partir de

de elementos gerados pela precedente universalização. A longo prazo, a universalização-fragmentação geraria um novo equilíbrio, cuja fatura poderá, eventualmente, ser paga pela dissolução do projeto cultural do capitalismo ocidental e, sobretudo, do seu projeto imperialista eurocentrista. A sabotagem dos esforços de edificação de uma economia capitalista integrada a nível nacional, em países como o Brasil, por resistências significativas da lógica tradicional parecem confirmar esta hipótese. Por isso mesmo, a tentativa de impor, à força, a lógica racional do capital — sem consideração dos imaginários sociais locais — acelerou os processos degenerativos e reativos, o que contribuiu para expulsar os indivíduos de atividades que, bem ou mal, asseguravam as redes de sociabilidades primárias tradicionais. A lógica do Desenvolvimentismo é uma dessas criações estranhas, paridas pela expansão capitalista nas antigas colônias e possessões, visando fortalecer o aparato político e administrativo central e enfraquecer a autonomia local.

Essas considerações são procedentes ao reconhecermos ter sido a planificação nacional centralizada -que viabilizou tecnicamente o falido modelo -impotente para eliminar as práticas "irracionais" das elites dominantes.

E um dos sintomas da crise da representação da dominação macro-social é justamente

a deterioração deste "planejamento patrimonial centralizado", que favoreceu as oligarquias e empresários associados e prejudicou os segmentos populares. Neste momento, a impotência dos principais agentes sociais e institucionais em articular novas políticas capazes de evitar a deterioração dos mecanismos de gerenciamento das políticas sociais, aparece como o resultado direto daquele planejamento inspirado perversamente na apartação social -o que vem conduzindo a sociedade nacional a viver uma crise de identidade sem precedentes, ao mesmo tempo em que estimula os movimentos anti-federalistas no Brasil. O fato de não existir, aqui, nenhum grupo hegemônico capaz de estancar a ampliação desta experiência entrópica ameaça perigosamente, logo, a preservação do Brasil como símbolo de um Poder Nacional uniforme como tinha sido concebido pelo imaginário castrense que inspirou a aventura republicana. Ao despertar o medo coletivo de uma experiência incerta de desintegração dos fundamentos políticos e culturais da Nação e impulsionar o desinvestimento afetivo dos indivíduos na instituição da sociedade, a crise do Estado termina por favorecer, igualmente, o avanço das forças retrógradas interessadas na oligarquização social. Exemplo disto é a privatização das esferas públicas por grupos de especuladores urbanos, como vem ocorrendo de forma corriqueira nas grandes cidades brasileiras-, que testemunham

² Em 1993, por exemplo, houve, em Recife, uma tentativa de desativação do Hospital da Tamarineira -sanatório tradicional da cidade -para a instalação no local de mais um shopping center. Denunciado publicamente e sob pressão da opinião pública, o grupo de investidores desistiu momentaneamente de levar adiante a empreitada.

o quanto perigoso tornou-se este processo de oligarquização do público e de privatização do que tinha sido construído a duras penas como esfera pública a partir das lutas urbanas em torno da democracia.

Assim, a desintegração das instituições nacionais faz-se acompanhar de processos degenerativos do tecido social. Eles ganham velocidade na medida em que as crises culturais tornam-se mais profundas, repercutindo diretamente na identidade dos indivíduos e grupos para quem a idéia de Nação tinha um papel essencial nas suas formações psicossociais.

Novas representações poder local

Neste contexto, a descentralização de poderes aparece como uma necessidade de sobrevivência política, já que o Poder Central não dispõe de recursos financeiros para conservar os onerosos macro-mecanismos de dominação. A Cidade como representação simbólica do micro-social surge, logo, como o lugar privilegiado para se repensar a idéia de autonomia social, que se dissemina na sombra do processo de esgotamento histórico dos Estados nacionais patrimoniais. Neste clima de esfacelamento do antigo modelo desenvolvimentista, aquelas cidades cujas vocações cosmopolitas foram abafadas pelo centralismo político do período anterior, são convocadas a reassumir papéis organizativos na gestão sócio-

urbana e política. Elas assumem essas novas responsabilidades a duras penas, na medida em que o centralismo burocrático comprometeu e degradou importantes instrumentos da gestão municipal brasileira. Por outro lado, os novos desafios da descentralização político-administrativa estimulam certas metrópoles tradicionais, prejudicadas pelo centralismo desenvolvimentista, a resgatar suas memórias para assumir novos papéis nas definições dos cotidianos dos sistemas urbanos periféricos no Brasil. Para que através das suas lembranças legítimas, esses centros venham reconhecer suas vocações e criar outras tantas competências, em número necessário à regulação das novas e velhas complexas tramas sociais locais.

O enfraquecimento do Poder Central no contexto da crise do Desenvolvimentismo leva a se repensar a idéia do Poder Local, de modo diferente do que vinha sendo pensado até então. De fato, na tradição sociológica brasileira, a idéia de Poder Local está predominantemente associada à aquela de descentralização do poder oligárquico, ou seja, à estratégia político-espacial pela qual as elites dominantes articulam suas alianças a nível municipal. Assim, quando alguém se referia a esta expressão tinha frequentemente em vista a questão da legitimação, a nível municipal, do sistema burocrático-patrimonial. Não são usuais os casos em que este termo tenha servido para designar, no Brasil, a instituição de uma esfera pública fora da influência do Estado, mesmo porque a idéia de público sem-

pre esteve aqui associada àquela de poder estatal. O que era público era considerado como pertencendo prioritariamente à esfera do Estado, o que na prática do dia-a-dia significava dizer que os indivíduos, sobretudo os ricos e as classes médias, renunciavam aos seus papéis como cidadãos, ao outorgarem implicitamente uma procuração aos órgãos estatais para gerenciar as iniciativas de interesse social. As responsabilidades dos indivíduos como cidadãos ficavam e ficam, por conseguinte, limitadas exclusivamente a estreitos círculos territoriais do espaço urbano. Círculos cujas fronteiras são dadas pelos muros e portões das casas e edifícios residenciais, aparecendo a preservação da calçada e da rua como tarefas administrativas delegadas ao Estado. O resultado desta prática de cidadania pela metade - exercida por ricos mas também por pobres - foi uma progressiva corporativização da sociedade brasileira, na medida em que as corporações estatais assumiram a responsabilidade de construção privativa do espaço, público. Esta representação patrimonial de cidadania aproveitou-se das ambiguidades de uma concepção mais tradicional que privilegia alguns aspectos importantes (jurídicos, constitucionais, econômicos, sociais) ressaltando insuficientemente, como o lembra Turner, os fundamentos da autonomia dos indivíduos e dos grupos sociais (Turner, 1993).

No momento atual, o grande desafio democrático de indivíduos e de grupos sociais atuantes na cena política nacional, é

aquele de imaginar como será possível construir, a partir de nossos recursos culturais e de nossas limitações históricas, uma real esfera pública, onde os indivíduos se assumam como Cidadãos e não mais reproduzam a arquitetura perversa de Mestres e Escravos, que caracteriza a política patrimonial dominante.

A neutralização política da lógica particularista prevalente no seio das classes e estamentos dominantes no Brasil, que sobrevivem como parasitas às custas do dinheiro público aparece, de saída, como um obstáculo importante a ser enfrentado. Neste contexto, a fundação de uma esfera democrática, legitimada preferencialmente nos cotidianos dos indivíduos e dos grupos a partir de suas cidades e comunidades - e não mais a partir de um poder burocrático articulado nas conspirações políticas do Planalto Central - revela-se uma tarefa importante na invenção de um novo imaginário social. Este é o desafio do que poderíamos designar como um legítimo processo de "autonomia social", no plano micro-social. Ou seja, um projeto de autonomia instituído como reação das atividades sociais e culturais locais ao esgotamento da capacidade dirigente da burocracia é das classes dominantes patrimoniais e corporativistas (e de suas ambições de continuarem a forjar uma estratégia de hegemonia política autoritária e centralizada). Por isso, é necessário avançarmos na reflexão sobre as origens do que chamamos de Público, já que esta discussão está no cerne tanto da experiência

moderna no Ocidente, como da crise institucional brasileira.

A Cidade Ocidental e o Paradigma Moderno:

Quebra do poder senhorial

O surgimento da Cidade moderna no Ocidente europeu ocorre sob circunstâncias diferentes daquelas que marcam o crescimento da Cidade no Oriente (Weber, 1982). Alguns aspectos específicos caracterizam a Cidade ocidental. Primeiro, o fim das interdições mágicas, dos tabus, dos cultos dos ancestrais e do amplo leque de rígidos ritos utilizados na legitimação mística dos espaços domésticos tradicionais (as cidades pré-modernas eram sobretudo aqueles espaços domésticos onde as grandes famílias articulavam a partilha e o controle da Cidade). Neste sentido, não constitui abuso de linguagem afirmar que a passagem de um espaço coletivo doméstico para um espaço coletivo público apresenta-se como uma das manifestações mais revolucionárias do espírito moderno. Esta passagem marca uma importante ruptura com a tradição pré-moderna e com o poder despótico das antigas ordens. Fundou-se, então, um espaço urbano aberto à livre troca de experiências entre indivíduos, sem as restrições arbitrárias impostas por aqueles valores e normas que justificavam as hierarquizações sociais por sexo, raça e família.

Um segundo aspecto im-

portante, também relacionado com as redefinições temporais do imaginário religioso, é dado pelo cristianismo. Sua expansão, em favor de uma certa mística supra-tribal, contribuiu para a extinção das antigas religiões locais que se apoiavam numa multiplicidade de deuses pagãos. A lógica neo-cristã se insurge contra essas lógicas particularistas, cujas hierarquias de poder eram simbolicamente convenientes para legitimar a apropriação privada da Cidade por clãs e estamentos tradicionais. O anti-universalismo dessas religiões pagãs era, logo, proporcional aos preconceitos culturais contra aqueles que não compartilhavam de um mesmo clã, de um mesmo chão ou de uma mesma religião. Quaisquer homens, mulheres ou crianças poderiam ser estigmatizados como estrangeiros no sentido mais amplo, fosse ele étnico, cultural ou social (Kristeva, 1994).

O cristianismo veio romper com esta lógica religiosa particularista que interditava os processos democratizantes. A cristianização da Cidade ocidental aparece, logo, como o pressuposto central de uma universalidade ética que favoreceu, ao longo dos tempos, a abertura da Cidade à circulação de mercadorias, indivíduos e idéias.

Um terceiro elemento importante para refletirmos sobre o caso brasileiro é o da dissolução do Poder Senhorial - o poder dos clãs, das castas e das oligarquias patrimoniais - até então responsáveis pela privatização do espaço coletivo e, conseqüentemente, pela instituição

imaginária da Cidade. A desagregação deste poder familiar foi concretizada historicamente através da burguesia —quase sempre formada por grupos de mercadores ou de mestres-artesãos que frequentavam os burgos —, provocando desgastes irreversíveis no poder patrimonial tradicional.-Até então, a "*solidariedade mecânica*" (Durkheim, 1986) dos indivíduos na comunidade de referência impedia os processos de autonomização social, já que a psique individual era submetida a poderes que fundados em rígidas crenças terminavam por se tornar absolutos.

A criação de um espaço livre à circulação dos afetos, desejos e idéias dos indivíduos fora dos tradicionais espaços domésticos rompeu com a representação monolítica do poder tradicional. Tal qual uma revolução molecular, a modernidade manifestou-se através de uma série de fragmentações nas representações imaginárias das culturas pré-modernas, que foram decisivas para o aparecimento de uma nova representação simbólica de considerável importância para a instituição da modernidade Ocidental: a do Indivíduo. Este se afirma como instituição histórico-psíquica concomitantemente à afirmação da esfera pública como uma instituição histórico-política.

Neste ponto, gostaria de salientar algo que Max Weber i soube apreender com muita perspicácia: o papel do Juramento como ato fundador do espaço í. público urbano e da cidadania (Weber, 1982) no momento em que num contexto de enfraqueci-

mento do poder familiar tradicional surge a necessidade de se repensar coletivamente a Cidade moderna. Isto exigia a formulação de novas e consistentes alianças políticas entre indivíduos e grupos sociais emancipados historicamente, implicando necessariamente perdas para alguns e ganhos para muitos outros. Através dos juramentos públicos, as fraternidades comunitárias conseguiram, então; representar institucionalmente seus direitos e deveres. De modo geral, elas foram bem sucedidas, evitando as tradicionais perseguições políticas que destruíram muitas tentativas de autonomização das cidades orientais ao longo dos tempos. Por isso, os juramentos públicos funcionaram como pactos constitutivos de uma nova ordem coletiva e como prenúncios de algumas grandes instituições da modernidade. Entre essas inovações merece destaque o tributo que foi criado pelas fraternidades comunitárias na fase de transição da cidade doméstica para a cidade pública, com o objetivo de regular as contribuições da coletividade, e de evitar as práticas arbitrárias dos antigos senhores que se sentiam no direito de exigir os seus privilégios dominiais.

A compreensão da Cidade como um "espaço público" instituído pelas mãos de indivíduos e grupos sociais, reflexivos e desejantes, que se insurgem contra a ordem despótica tradicional é decisiva, ao permitir discutir a questão democrática sob uma perspectiva mais profunda que aquela da visão formalista dominante (democracia como direitos jurídicos e políticos).

Esta compreensão estrutura um olhar alternativo sobre a Cidade facilitando, em consequência, uma crítica mais acurada sobre o Desenvolvimentismo, provando sobretudo que esta mítica experiência modernizadora atuava contra a emancipação das sociabilidades locais.

A situação da Cidade brasileira no contexto de desarticulação do desenvolvimentismo nos parece, logo, relevante para podermos melhor apreciar as implicações das práticas micro-sociais no processo de formação das instituições. Como encarar o futuro de metrópoles regionais importantes da periferia urbana brasileira como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, neste momento em que são preocupantes as tendências de desintegração do Brasil como uma macro-instituição social?

As cidades brasileiras:
uma revolução para acontecer:

Tentemos, agora, elucidar alguns pontos importantes sobre os sentidos sociológicos das cidades brasileiras. Uma primeira e importante constatação: a natureza doméstica de várias entre elas, eternos objetos de "ocupação" pelo poder oligárquico ao longo de nossa formação. A palavra "ocupação" é aqui usada no sentido forte do termo, na medida em que o domínio oligárquico sobre grande parte dessas cidades assume ainda hoje um caráter militarista, que impede

a emancipação da cidadania nos termos aqui desenvolvidos. Basta observar o modo como certas famílias e grupos dividem o controle da política municipal, não apenas das pequenas cidades mas também no interior das grandes metrópoles. Esta "ocupação" significa a privatização da Cidade que, no caso brasileiro, nunca conheceu um processo de ruptura significativo com a tradição pré-moderna. Este é provavelmente o aspecto mais importante para conhecermos os limites de nossa experiência de modernidade e as possibilidades que se apresentam para elas no futuro "pós-desenvolvimentista".

No caso europeu e norteamericano vamos observar, por exemplo, que a expansão do projeto da modernidade acompanha diretamente as conspirações políticas nascidas nas cidades. As revoluções administrativas que acompanham a centralização do aparato estatal nos tempos anteriores às revoluções políticas apenas puderam ocorrer quando as liberdades públicas se manifestaram no plano local (Tocqueville, 1981 e 1988). Manifestações como aquelas, obrigaram o poder central e os reis a negociarem politicamente com os novos cidadãos — entre os quais destacavam-se os novos burgueses — certas decisões de interesse coletivo. Este tipo de experiência, em que as antigas fraternidades comunitárias criavam propostas políticas de emancipação da Urbe, a partir da revisão dos laços políticos com o poder central, é praticamente desconhecida da experiência brasileira. Aqui, grande parte das

insurreições nascidas nas grandes cidades não buscavam emancipar o Público e a Cidadania, mas sim o de afirmar um ideal doméstico de nacionalidade, isto é uma nacionalidade patrimonial.

Ou seja, esta experiência européia de emancipação urbana a partir, como lembra Weber, de um juramento dos indivíduos e grupos sociais em torno da criação de um projeto público para a Cidade, não constitui um falo relevante para a vida política brasileira. Mais importante para a configuração do imaginário modernizador nacional foi o contexto da dependência do Brasil com relação ao mundo industrial, ficando as negociações políticas sobre a modernização brasileira condicionadas pela representação nativa do mito do Ocidente moderno. Mesmo no século XX, as grandes articulações sociais pela formação de uma esfera pública independente do poder estatal, limitaram-se às lutas populares nas grandes metrópoles, permanecendo grande parte dos quase cinco mil municípios constitutivos de nossa rede urbana à margem dessas lutas emancipatórias. Do fato que grande parte das cidades brasileiras ainda permanecem como possessões particulares de grupos oligárquicos, conclui-se que parcela considerável de nossos representantes políticos eleitos são procuradores diretos dos interesses patrimoniais, que se opõem à democratização da sociedade brasileira. Esta cultura particularista de poder opõe-se à criação de um espaço público e à emancipação da cidadania. Da dificuldade de se pensar a

elaboração de novos projetos políticos capazes de responder às complexas demandas sociais sem a criação deste espaço público, resulta que o princípio do juramento entre nós ficou quase sempre restrito a um jogo de elites conservadoras, obedecendo as tarefas de construção, administração e reforma das cidades às determinações do pacto oligárquico.

Neste sentido, o Desenvolvementalismo, no Brasil, constituiu um pacto que funcionou para a atualização do poder dos grupos mais tradicionais, tanto do ponto de vista da gestão da propriedade econômica e fundiária, como do modo como as elites imaginam e representam o Outro. O racismo sutil das elites econômicas brasileiras contra os indivíduos pobres e negros testemunham a força de um imaginário cultural que funciona a partir da exclusão de todo o indivíduo cuja identidade não seja a projeção direta do desejo prepotente do patriarca. Por isso mesmo, o descaso das elites com a questão da emancipação do espaço público deveria ser um dos elementos da pauta de um debate que provoque uma ampla revisão dos valores hierárquicos, inspiradores tradicionais do poder dominante no Brasil.

Cidadania e individuação social

O sentido da cidadania que se emancipa com a Cidade ocidental não pode ser plenamente compreendido caso nos fixemos apenas nas suas repre-

sentações institucionais de segundo grau: aquelas dadas pela formalização dos direitos políticos, econômicos, jurídicos etc. Aprofundar a discussão sobre cidadania a partir da sua representação primária -a da construção da identidade afetiva e reflexiva do sujeito desejante —constitui um passo importante para se avançar na crítica da modernização patrimonialista no Brasil e provar quanto este tipo de lógica de poder inibe a experiência democrática. Por isso, em sociedades patrimoniais, como a brasileira, que não conhecem rupturas significativas do imaginário pré-republicano, a construção dessas identidades e novas consciências são sempre boicotadas pela lógica dominante.

Do ponto de vista teórico mais geral, pode-se dizer que nas ciências sociais a idéia de Indivíduo -nova e complexa representação imaginária da sociedade ocidental - tem sido erroneamente confundida com aquela de individualismo, que é uma ideologia burguesa fundada no egocentrismo e na alienação do indivíduo pela lógica do mercado. No seu sentido simbólico, o Indivíduo é uma construção sócio-psíquica emancipada pela tradição na Europa a partir da tradição greco-cristã (Jung, 1981 e 1993), sendo forjada na modernidade sobre a valorização da autonomia e da reflexividade (Giddens, 1991 e Castoriadis, 1991). Neste sentido, o Indivíduo é um produto histórico particular do processo de individuação social conhecido pelo ocidente europeu, significando concretamente esta individuação a passagem para um nível de consciên-

cia cultural mais complexa. Nesta passagem, o pensamento analógico e racional, produzido pela diferenciação simbólica das atividades reflexivas e afetivas, desautorizou o pensamento místico tradicional e legitimou uma rápida emancipação da Técnica. O símbolo Indivíduo é, logo, particular a esta experiência europeia e sua fundação, resultante da ruptura operada sobre a tradição mística, por uma prática política secular iniciada a partir das experiências grega e cristã, constitui um ato revolucionário.

Outra coisa é o individualismo, esta imagem egoísta que a burguesia construiu na modernidade, e que significou uma reapropriação imaginária da secular individuação social. Assim, o individualismo significa uma perversão daquela construção simbólica revolucionária -o Indivíduo - construção pela qual a psique social descolou-se das figuras do rei ou do patriarca e fragmentou-se numa infinidade de figuras anônimas: os cidadãos, suportes da democracia moderna. A atual perversão da experiência ocidental encontra-se justamente naquela reapropriação narcísica operada pela burguesia sobre o imaginário moderno. Nesta operação, o Indivíduo -esta representação simbólica tipicamente social -ficou reduzido a uma expressão cultural marcada pelo egoísmo, pelo narcisismo radical e pela renúncia ao social.

O individualismo significa, logo, uma fetichização do processo social contemporâneo que foi importante para a recria-

ção de certos mitos que ocupam ainda hoje o imaginário dos indivíduos modernos, a exemplo dos casos dos mitos da Burocracia Iluminada, do Estado Onisciente, da Técnica Neutra e da Razão Teleológica.

Este é o clima dominante do fim da modernidade. Sua crítica teórica - indispensável para um ajuste histórico correto sobre ganhos e perdas -deveria resgatar a distinção entre individualização — operação psíquica e cultural que funda o pensamento social - e individualismo — esta manifestação idealizada do hiper-narcisismo burguês. Esta é uma distinção fundamental para se repensar a liberdade no homem moderno (From, 1981). Isto nos permitiria compreender que a experiência social e política do Indivíduo constitui a base histórica da fundação da vivência pública e democrática. Assim, a sociedade deixar de se instituir pelas grandes famílias que dividiam tradicionalmente o controle da cidade, para aparecer como criação histórica dos cidadãos, esse conjunto infinito de indivíduos anônimos. Este fato é muito significativo para se entender a fundação da revolução moderna. Foi neste momento que a idéia de Público surgiu como uma novidade também revolucionária. Público como o espaço comum onde o Eu e o Outro passam a se reconhecer afetivamente e a se instituir politicamente como partes simétricas na invenção da coletividade. O que ocorre apenas no instante em que a fragmentação do Ego onipotente produz o surgimento de milhares de Outros Eus, num processo que pode ser

visto como mal-estar cultural (Freud) ou atividade emancipatória (Marcuse).

No contexto da dependência mítica, as oligarquias tradicionais tiveram relativo êxito na manutenção dos seus poderes: aqueles do monopólio do social pelo Eu absolutista, não conseguindo o símbolo Outro atingir uma expressão institucional duradoura. As estruturas hierárquicas surgem como peças importantes para este tipo de imaginário do poder. Por isso, a criação de um sistema administrativo-burocrático fechado mas capaz de suportar a cooptação personalizada através de um complexo e elástico mecanismo de legitimação ideológico-político, funcionou eficazmente na modernização das ordens patrimoniais (mesmo que isto tenha se verificado a um nível de violência insuportável para o conjunto da sociedade). A atual fragmentação afetiva de grande parte dos brasileiros -incluindo larga proporção das elites -testemunha, por conseguinte, os desdobramentos perversos de um imaginário que, impedindo os indivíduos de se reconhecerem como sujeitos de sua própria história, alimentam infinitivamente as incertezas e as desesperanças.

No caso das sociedades patrimoniais contemporâneas, o imaginário do Indivíduo fica fraturado por duas significações opostas: de um lado, a do poder patriarcal ortodoxo; de outro, do individualismo narcisista gerado pela criação da família nuclear burguesa, que bloqueia a geração de novas solidariedades

fundadas no pluralismo e na alteridade. Claro, essas ambiguidades estão inscritas na história das Cidades que exercem funções organizadoras do poder patrimonial.

Cidadania Cosmopolítica e Universalismo Urbano:

Emergência da cidadania cosmopolítica:

As dificuldades para construção e vivência de uma experiência pública e democrática mais efetiva —experiência vulnerável à degradação política e ao terror (Arendt, 1972) —reforçou nos indivíduos brasileiros o medo de se apresentarem como atores sociais e atores políticos. Idealizou-se a Nação patrimonial e reprimiu-se a Cidadania democrática.

Neste momento de crise da sociedade nacional brasileira aparece, logo, como um desafio importante, repensar a relação entre Cidade e Nação para além do imaginário tradicional do Estado nacional desenvolvimentista. Existe uma expressão de Kant, o da Cidadania Cosmopolítica, que é oportuna para designarmos o novo papel da cidade no momento de depreciação política e cultural das sociedades nacionais. Através desta expressão, cuja enunciação prenunciou o surgimento de um pensamento europeu comprometido com a idéia de uma Sociedade de Nações, Kant, na discussão sobre a Paz Perpétua, procurou relacionar o conceito de ci-

dadania com a "exigência de um direito público da humanidade em geral" (Castillo, 1988). Para ele o direito à cidadania no plano interno constitui um primeiro direito cosmopolítico.

Ora, desde que a questão do universalismo simbólico e cultural da modernidade não mais é mediatizada hegemonicamente, nesta conjuntura de reciclagem dos paradigmas da modernização nacional, pelo Estado Nação, a revalorização do LOCAL atribui à Cidade -lugar típico do exercício da cidadania -um papel decisivo na articulação do universalismo citado. Isto significa dizer que o fim do desenvolvimentismo inspira um clima caótico, no qual o imaginário social se distancia da idéia de uma sociedade nacional articulada por um poder central onisciente, como se deu ao longo da modernidade nos últimos dois séculos. Este clima é, porém, a condição sócio-histórica necessária à criação de um novo imaginário capaz de representar a sociedade a partir da Cidade, ficando a idéia de Poder Central relativizada pela emergência de uma pluralidade de novos lugares institucionais. Lugares que emergem do plano local, atravessam o plano estadual e desafiam o plano central tradicional com outras lógicas e outros projetos.

Na verdade, o universalismo moderno jamais deixou de lado a cidadania cosmopolítica, que era parcialmente mascarada pelas arquiteturas nacionais reforçadoras de uma certa ilusão política: a ilusão das Sociedades Nacionais como sendo realidades históricas tendentes à unifor-

midade político-cultural e pouco compromissadas com a instituição de uma ordem mundial supra-nacional. Esta interdição nacionalista de se pensar mundialmente a construção do cotidiano (desconhecendo o exemplo dado por Kant há séculos atrás) apenas favoreceu as "burguesias nacionais" e as "oligarquias patrimoniais", interessadas na preservação de suas lógicas localistas de poder. Assim, a própria crise dos Estados modernos realiza-se no instante em que as informações televisivas invadem todos os espaços privados, desafiando os indivíduos a confrontarem, cotidianamente, episódios e imagens que ocorrem, simultaneamente, em diferentes partes do globo (Ortiz, 1994). Enquanto isso, as culturas nacionais dissolvem-se sob o peso de modismos que dominam obsessivamente o imaginário das pessoas (um pequeno exemplo: a calça jeans torna-se um padrão de vestuário universal, independentemente do fato que em certos lugares, como nas regiões de clima quente, o jeans seja sabidamente um vestuário incômodo e inadaptado).

Paralelamente a este processo de universalização dos mecanismos de circulação das informações e de fetichização generalizada dos indivíduos -eles mesmos transformados em mercadorias de consumo - observam-se preocupantes processos de reações culturais e nacionais, que se voltam nostalgicamente para o passado pré-moderno na busca de uma referência salvadora. Os casos conhecidos de movimentos sociais de natureza religiosa e étnica apontando para

estas tentativas de sobrevivência cultural, tornam-se cada vez mais presentes no Terceiro Mundo (Latouche, 1989).

Existe, portanto, uma conexão relevante entre os fatos culturais atuais. Assim, a fetichização dos indivíduos, significando a desativação dos mesmos como sujeitos desejantes, contribuiu para desestabilizar as identidades nacionais que, na modernidade, foram muito importantes para a definição do "ser moderno" e nacional. Ou seja, a fragmentação das culturas nacionais sob o peso do internacionalismo modernista, implicou concomitantemente a fragmentação da grande massa de indivíduos que pensavam, sentiam e desejavam através das Nações modernas: dos Poderes Nacionais, das Sociedades Nacionais, das Culturas nacionais e das Economias Nacionais. A fragmentação psicossocial aparece como o resultado necessário do desaparecimento das condições que asseguravam a idealização do Estado nacional pelos indivíduos que habitavam seus territórios. Desidealizada a Nação moderna, sentem os indivíduos que o solo firme desaparece sob o ritmo alucinante de uma violência que não poupa ricos e pobres. A luta pela sobrevivência bate de frente na ilusão narcísica nacionalista gerando um desequilíbrio institucional de grandes proporções, que acompanha tanto a perda das antigas identidades como a busca de novas identidades — sejam elas culturais, étnicas ou sociais.

O desafio de um pensamento pós-moderno neste con-

texto de fragmentação deve dirigir-se, logo, para o esforço de elucidar teoricamente as nuances dos mecanismos de sobrevivência narcísica dos indivíduos, num mundo que trabalha contra o sujeito histórico. Este pensamento nos leva então a revalorizar a dimensão instituinte das relações cotidianas e reconhecer os novos desafios da Cidade como expressão do renascimento urbano (Kaplan, 1993). Cidade como lugar privilegiado na edificação das sociabilidades primárias e secundárias e como lugar de imaginação de práticas políticas que legitimarão a instituição da sociedade desde o local até o internacional, passando pelo nacional.

Algumas questões concretas são colocadas quando pensamos o caso brasileiro a partir desta ótica de revalorização da Cidade como lugar estratégico para repensar a autonomia individual e social. Como instituir uma forma de ser e de atuar onde os indivíduos possam se reconhecer reflexivamente e simultaneamente como cidadãos locais e cidadãos do Mundo, quebrando por dentro e por fora o corporativismo patrimonial.

Questões como essas dificilmente podem ser esgotadas nos limites de um artigo e à margem do contexto político. Mas nada nos impede de explorar e assinalar certos pontos que deveriam estar presentes na pauta de discussões.

A cidade e o federalismo:
alguns apontamentos.

Uma nova representação cosmopolítica apenas pode se legitimar no momento em que o Estado-Nação, em particular o de feição patrimonial, deixe de ser a referência intermediária obrigatória para a idealização da identidade dos indivíduos como atores sociais. No caso da cidadania cosmopolítica, trata-se de valorizar a nação a partir da Cidade, permitindo aos indivíduos de melhor reconhecer suas possibilidades como sujeitos políticos universais e responsáveis diretamente pela montagem de suas estratégias cotidianas. Este é, enfim, o grande desafio de uma época onde os Estados nacionais deixam de ser a referência obrigatória na construção das identidades sociais; surgindo o cosmopolítico como um elemento importante no despertar afetivo e político dos atores sociais.

Esta discussão passa a ter desdobramentos relevantes: como mobilizar os atores sociais, políticos e institucionais para a tarefa de imaginar um projeto de autonomia social a partir da Cidade? Como despertar a consciência cívica no plano municipal, resgatando eventualmente a idéia de sociedade nacional a partir da cidadania cosmopolítica e da vida comunitária local? Como mobilizar as pessoas para algo que elas nunca vivenciaram, historicamente, como uma prioridade política neste país: o exercício da cidadania? Vejamos essas questões.

A clareza dos papéis futuros das metrópoles regionais como polos de reestruturação dos laços sociais depende da elucidação de todas as dimensões implicadas, inclusive aquela das memórias das cidades. É indispensável saber identificar os atores privilegiados para a mudança política -sejam eles indivíduos, grupos, movimentos, firmas, organizações estatais e/ou privadas e até mesmo outras cidades -e forjar as alianças que transformem com sucesso a Cidade. É preciso estruturar os novos processos planejadores e os métodos de intervenção que favoreçam a emancipação do cidadão. É importante, buscar reconhecer as estratégias capazes de reverter a posição desvantajosa das forças sociais e intelectuais, cujas atividades seriam preciosas para a realização de mudanças políticas importantes. Mudanças capazes de deter a avançada deterioração do já antigo imaginário moderno (de feição ou não patrimonial), e a autofagia de mecanismos culturais que põem em cheque a experiência da esfera pública democrática.

A construção de alianças políticas eficazes na transformação e no resgate do sentido democrático da Cidade, fazendo desta um lugar prazeroso onde os indivíduos se sintam socialmente protegidos, é um desafio teórico e político. Desafio que pressupõe a elucidação, em todas as suas vertentes, dos processos geradores das pulsões de morte (e de vida) (Freud, 1981) da sociedade. Neste caso, a vivência correta do luto resultante da atual degenerescência do poder patrimonial é uma condi-

ção indispensável para liberar a libido social como meio de criação de uma nova representação imaginária da sociedade: mais complexa e mais plural. Neste nível, é importante resgatar certas soluções políticas, jurídicas, administrativas e, sobretudo, éticas, que permitiram normatizar e regular com sucesso relativo algumas experiências democráticas nacionais. Uma delas é a solução política e administrativa expressa pelo modelo federalista, que se legitima teoricamente num poder local moldado pela reflexividade social e pela emancipação do sujeito desejante. Assim, o modelo de um Estado moderno pretensamente apto a criar redes de solidariedades institucionais, como aquela das hierarquias federativas que canalizam razoavelmente os conflitos sociais nos planos micro e macro, deveria constituir importante elemento de reflexão para a crítica do antigo modelo patrimonial. Ou seja, o aprofundamento da idéia de federação como solução institucional para liberação das práticas democráticas pode ser efetivo desde que ela não seja confundida, como se verificou no Brasil, com as manobras autoritárias de descentralização do Estado patrimonial. Manobras que eram voltadas para seduzir a política local dentro do jogo de legitimação das oligarquias no plano central.

Repensar as coligações nacionais a partir dos pactos políticos municipais envolvendo parcelas significativas dos indivíduos e representações grupais aparece, logo, como uma solução constitucional importante para avançar a democracia si-

multaneamente nos planos micro-social e macro-social. Pois de fato, um dos grandes avanços da modernidade foi a possibilidade de geração de uma certa rede de solidariedades políticas muito especial. Uma rede cujos mecanismos de representação e de legitimação foram capazes de suportar as tensões geradas pelos conflitos resultantes dos diversos interesses classistas e estamentais, presentes tanto no plano local como no central. É importante se insistir nesta idéia.

Enfim, se modernidade como fórmula política nunca funcionou eficazmente no Terceiro Mundo, permanecendo subjugada à tradição burocrático-autoritária dos Estados patrimoniais, isto não impede a luta pela valorização de uma ética verdadeira-

mente democrática. Assim, a dura lição vivenciada atualmente por parcela considerável das *sociedades dependentes*, neste momento de ameaça de desintegração dos Estados nacionais patrimoniais, deve contribuir para o surgimento de uma consciência mais ampla dos fundamentos éticos e estéticos necessários a uma nova instituição social. Se a experiência do *pós-desenvolvimentismo* significa efetivamente o ressurgimento da Cidade como plano de liberação dos afetos e emoções que fundam primariamente as relações sociais, é possível que estejamos, enfim, ultrapassando o limiar de uma nova e desejada utopia. No caso, a modernização conservadora cederia vez a uma modernização urbana, descentralizada, plural e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDE, Hannah.
1972 *La crise de la culture*. Folio/Essais, Gallimard.
- BERTHOUD, Gérard.
1987 *La modernité: vérité culturelle*. Bulletin du Mauss, Paris, n.24, dec.
- BUARQUE, Cristovam.
1990 *A desordem do progresso -o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. São Paulo, Paz e Terra.
- BUARQUE, Cristovam.
1991 *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. São Paulo, Paz e Terra.
- BUARQUE, Cristovam.
1992 *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- CAMARGO, Aspásia.
1992 "A federação acorrentada: nacionalismo desenvolvimentista e instabilidade democrática", In: ANPOCS - G.T. Elites Políticas, Caxambu.
- CASTILLO, Monique.
1988 "L'idée de citoyenneté cosmopolitique chez Kant" In: *Etat et Nation. Cahiers de Philosophie Politique et Juridique*. Université de Caen, n.14.
- CASTORIADIS, Cornelius.
A instituição imaginária da sociedade. Paris, Seuil.

- CASTORIADIS, Cornelius.
1991 Encruzilhadas do Labirinto n.3. O mundo fragmentado, [s.l.], Paz e Terra.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; HEMERY, Daniel e PIEL, Jean (ed.).
1988 Pour une histoire du développement: Etats, sociétés, développement. Paris, L'Harmattan.
- DURKHEIM, Émile.
1986 De la division du travail social. 11.ed., Paris, PUF.
- FAORO, Raimundo.
1958 Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Ed. Globo.
- FREUD, Sigmund.
1981 Cinq essais de psychanalyse. Paris, Payot.
- FROMM, Eric.
1981 O coração do homem. Seu gênio para o bem e o mal. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- GIDDENS, Anthony.
1991 Modernity and self-identity: self and society in ten late modern age. Cambridge: Polity Press.
- INSEL, Ahmet.
1989 "La démocratie et le développement". In: Raison Présente.90. Paris, Revue trimestrielle.
- JUNG, CG.
1993 Civilização em transição. Petrópolis, Vozes.
- KRISTEVA, Júlia.
1994 Estrangeiros para nós mesmos. Rio de Janeiro, Ed. Rocco.
- KAPLAN, Ann.
1993 O mal-estar no pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- KURZ, Robert.
1992 O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LASCH, Cristopher.
1990 O mínimo Eu. Sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 5.ed. São Paulo: Brasiliense.
- LATOUCHE, Serge.
s.s. Faut-il souhaiter un monde éclaté. Raison Presente, 90 Paris.
- LATOUCHE, Serge.
1986 Faut-il refuser le développement? PUF, Paris.
- LATOUCHE, Serge.
1989 L'occidentalisation du monde. Paris: La Découverte. Paris.
- MARCUSE, Herbert.
1973' A ideologia da sociedade industrial. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTINS, Paulo Henrique N.
1993 O regional e o nacional no imaginário desenvolvimentista: da nostalgia oligárquica ao fim do Nordeste" In: XIMENES, Tereza (org.) Novos paradigmas; e realidade brasileira. Belém: UFPA.

- MARTINS, Paulo Henrique N.**
1993 Carochas contra profetas: os economistas e a desarticulação do imaginário desenvolvimentista no Brasil, in *CRISE e reestruturação do Estado*. Recife: Ed. Universitária.
- MEIER, Gerald, SEERS, Dudley (eds)**
1988 *Les pionniers du développement*. Paris: Banque Mondiale.
- ORTIZ, Renato.**
1994 *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- RIST, Gilbert, SABELLI, Fabrizio.**
1986 *Il était une fois le développement*. Lausanne: Ed. d'En Bas.
- SAMUELS, SHORTER, PLAUT.**
1988 *Dicionário crítico de análise junquiiana*. Rio de Janeiro: Ed. Imago.
- SCHWARTZMAN, Simon.**
1982 *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- TOCQUEVILLE, Alexis.**
1981 *De la démocratie en Amérique*. Rio de Janeiro: Flammarion. 2 v.
- TOCQUEVILLE, Alexis.**
1988 *L'ancien régime et la révolution*. Paris: Flammarion.
- TOURAINÉ, Alain.**
1992 *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- TURNER, Bryan.**
1993 *Contemporary problems in the theory of citizenship*. In: TURNER, B.S. (ed.). *Citizenship and social theory*. London: Sage Publication.
- WEBER, Max.**
1982 *La Ville*. In: *LA VILLE d'Occident*. Paris: Aubier Montaigne.